

LEI MUNICIPAL Nº 1.964/2021, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.

“Dispõe sobre a alteração da LDO para 2022”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE GOIÁS, aprova, e eu, Prefeita Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica acrescentado à Lei Complementar nº 122/2021 a seguinte redação:

.....

Art. 26-A. As proposições legislativas e as suas emendas, observado o disposto no art. 59 da Constituição, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem redução de receita ou aumento de despesa do Município deverão ser instruídas com demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes.

§ 1º O proponente é o responsável pela elaboração e pela apresentação do demonstrativo a que se refere o caput.

§ 2º O demonstrativo a que se refere o caput deverá conter memória de cálculo, com grau de detalhamento suficiente para evidenciar a verossimilhança das premissas e a pertinência das estimativas.

§ 3º A estimativa do impacto orçamentário-financeiro deverá constar da exposição de motivos, caso a proposição seja de autoria do Poder Executivo, ou da justificativa, caso a proposição tenha origem no Poder Legislativo.

Art. 26-B. Caso o demonstrativo a que se refere o Art. 26-A apresente redução de receita ou aumento de despesas, a proposta deverá demonstrar a ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais e cumprir, para esse fim:

I - no caso de redução de receita, no mínimo, um dos seguintes requisitos:

a) ser demonstrada pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, na forma do disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) estar acompanhada de medida compensatória que anule o efeito da renúncia no resultado primário, por meio de aumento de receita corrente ou redução de despesa; ou

c) comprovar que os efeitos líquidos da redução da receita ou do aumento de despesa, quando das proposições decorrentes de extinção, transformação, redução de serviço público ou do exercício de poder de polícia, ou de instrumentos de transação resolutiva de litígio, este último conforme disposto em lei, sejam positivos e não prejudiquem o alcance da meta de resultado fiscal;

II - no caso de aumento de despesa:

a) se for obrigatória de caráter continuado, estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que entrem em vigor e nos dois exercícios subsequentes, por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, ou da redução permanente de despesas; ou

b) se não for obrigatória de caráter continuado, estar acompanhada de medida de compensação por meio do aumento de receita ou da redução de despesa.

§ 1º Fica dispensada do atendimento ao disposto nos incisos I e II do caput a proposição cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de um décimo por cento da receita corrente líquida realizada no exercício de 2021.

§ 2º Não se aplicam às renúncias de que trata o art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - a hipótese de redução da despesa de que trata a alínea “b” do inciso I do caput; e

II - a hipótese prevista no § 1º.

§ 3º Para fins de atendimento ao disposto na alínea “b” do inciso I e ao inciso II do caput, as medidas compensatórias de redução de despesa ou o aumento de receita devem ser expressamente indicados na exposição de motivos ou na justificativa que embasar a proposta legislativa, vedada a alusão a lei aprovada ou a outras proposições legislativas em tramitação.

§ 4º Caso a redução de receita ou o aumento de despesa decorra do requisito previsto na alínea “b” do inciso I ou no inciso II do caput, os dispositivos da legislação aprovada que acarretem redução de receita ou aumento de despesa produzirão efeitos quando cumpridas as medidas de compensação.

§ 5º O disposto no § 1º não se aplica às despesas com:

I - pessoal, de que trata o art. 109;

II - benefícios a servidores; e

III - benefícios ou serviços da seguridade social instituídos, majorados ou estendidos, nos termos do disposto no § 5º do art. 195 da Constituição.

§ 6º Para fins de cumprimento do disposto no inciso I do caput do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e na alínea "a" do inciso I do caput deste artigo, quaisquer proposições legislativas em tramitação que importem ou autorizem redução de receita poderão ter seus efeitos considerados na estimativa de receita do Projeto da Lei Orçamentária e da respectiva Lei.

§ 7º O disposto no caput não se aplica:

I - aos impostos a que se refere o inciso I do § 3º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; e

II - às hipóteses de transação no contencioso tributário de pequeno valor, nos termos previstos em lei, observado o disposto no inciso II do § 3º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 8º Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional ou pela Câmara Municipal, para proposições que atendam às necessidades dela decorrentes, fica dispensada a demonstração de ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais de que trata o caput, sem prejuízo do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 26-C. O disposto nos Art. 26-A e Art. 26-B aplica-se às propostas que autorizem renúncia de receita, ainda que a produção de efeitos dependa de atuação administrativa posterior.

Art. 26-D. A remissão a futura legislação, parcelamento de despesa ou postergação do impacto orçamentário-financeiro não dispensa o cumprimento do disposto nos Art. 26-A e Art. 26-B.

Art. 26-E. Será considerada incompatível com as disposições desta Lei a proposição que:

I - aumente despesa em matéria de iniciativa privativa, nos termos da Constituição e Lei Orgânica;

II - altere gastos com pessoal, nos termos do disposto no art. 169, § 1º, da Constituição, concedendo aumento que resulte em:

a) somatório das parcelas remuneratórias permanentes superior ao limite fixado no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição;

b) despesa, por Poder ou órgão, acima dos limites estabelecidos nos art. 20 e art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; ou

c) descumprimento do limite estabelecido no § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; ou

III - crie ou autorize a criação de fundos contábeis ou institucionais com recursos da Município e:

a) não contenham normas específicas sobre a gestão, o funcionamento e controle do fundo; ou

b) fixem atribuições ao fundo que possam ser realizadas pela estrutura departamental da administração pública federal; e

IV - determine ou autorize a indexação ou atualização monetária de despesas públicas, inclusive aquelas tratadas no inciso V do caput do art. 7º da Constituição.

Parágrafo único. Para fins da verificação de incompatibilidade de que trata a alínea “b” do inciso II do caput e do cálculo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, será utilizada a receita corrente líquida constante do Relatório de Gestão Fiscal do momento da avaliação.

Art. 26-F. A proposição legislativa ou o ato normativo regulamentador de norma constitucional ou legal, para constituir transferência obrigatória, deverá conter:

I - critérios e condições para identificação e habilitação das partes beneficiadas;

II - fonte e montante máximo dos recursos a serem transferidos;

III - definição do objeto e da finalidade da realização da despesa; e

IV - forma e elementos pormenorizados para a prestação de contas.

Art. 26-G. As proposições legislativas que vinculem receitas a despesas, órgãos ou fundos deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos.

§ 1º A criação ou a alteração de tributos de natureza vinculada será acompanhada de demonstração, devidamente justificada, de sua necessidade para oferecimento dos serviços públicos ao contribuinte ou para exercício do poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo.

§ 2º O disposto no caput não se aplica à vinculação de taxas pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços ou pelo exercício do poder de polícia.

§ 3º O disposto no caput não se aplica à alteração de vinculação de receitas existente quando a nova vinculação for menos restritiva.

§ 4º Para fins do disposto no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a mera vinculação de receitas não constitui obrigação constitucional ou legal do ente e não gera expectativas de direito oponíveis contra o Município.

Art. 26-H. As proposições legislativas que concedam, renovem ou ampliem benefícios tributários deverão:

I - conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos;

II - estar acompanhadas de metas e objetivos, preferencialmente quantitativos.

Art. 2º Ficam alterados os seguintes anexos da Lei Complementar Municipal nº 122/2021: Metas Anuais; Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior; Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três exercícios; Evolução do Patrimônio Líquido; Origem e Aplicação de Recursos em Alienação de Ativos; Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS; Estimativa da Compensação da Renúncia de Receita e a Margem das Despesas Obrigatória de Caráter Continuado.

Parágrafo único. Os novos Anexos alterados seguem juntados a esta lei, dela fazendo parte, conforme documentos anexados.

Art. 3º Em vista das alterações promovidas pela presente lei, fica autorizado o Executivo a proceder as adequações necessárias no PPA, LDO e LOA, evitando divergências na execução orçamentária.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos fiscais a partir de 01 de janeiro 2022.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE GOIÁS, aos 13 dias do mês de Dezembro de 2021.

NÁRCIA KELLY ALVES DA SILVA

Prefeita Municipal



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

2022

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art.4º § 1º)

R\$

ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024			
	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB	% RCL
Receita Total	139.071.996,00	131.039.287,67	1,8794	143.875.773,34	118.823.386,75	1,9443	148.192.046,61	104.551.587,57	2,0026	157,4883
Receitas Primárias (I)	137.913.949,29	129.948.128,98	1,8637	109.791.664,99	90.674.177,92	1,4837	109.791.664,99	77.459.574,51	1,4837	116,6790
Receitas Primárias Correntes										
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria										
Contribuições										
Transferências Correntes										
Demais Receitas Primárias Correntes										
Receitas Primárias de Capital										
Despesa Total	139.071.996,00	131.039.287,67	1,8794	143.875.773,34	118.823.386,75	1,9443	148.192.046,61	104.551.587,57	2,0026	157,4883
Despesas Primárias (II)	137.913.949,29	129.948.128,98	1,8637	109.791.664,99	90.674.177,92	1,4837	109.791.664,99	77.459.574,51	1,4837	116,6790
Despesas Primárias Correntes										
Pessoal e Encargos Sociais										
Outras Despesas Correntes										
Despesas Primárias de Capital										
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias										
Resultado Primário (III) = (I - II)										
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)										
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)										
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))										
Dívida Pública Consolidada										
Dívida Consolidada Líquida										
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)										
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)										
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)										

671

[Handwritten signature]

NOTA EXPLICATIVA


NARCIA KENY ALVES DA SILVA
CPF: 021.182.991-50
PREFEITA MUNICIPAL


VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
CPF: 004.209.981-10
ASSESSORIA CONTABIL



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2022

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2020	% PIB	% RCL	METAS REALIZADAS EM 2020	% PIB	% RCL	VARIACÃO	
							VALOR	%
Receitas Total	94.478.103,68	0,0000	107,3109	88.349.016,56	0,0000	100,3493	-6.129.087,12	-0,0649
Receitas Primárias (I)	92.661.788,63	0,0000	105,2479	101.452.847,06	0,0000	115,2330	8.791.058,43	0,0949
Despesas Total	94.478.103,68	0,0000	107,3109	91.725.380,16	0,0000	104,1843	-2.752.723,52	-0,0291
Despesas Primárias (II)	93.638.856,09	0,0000	106,3577	87.494.973,63	0,0000	99,3793	-6.143.882,46	-0,0656
Resultado Primário (III) = (I - II)	-977.067,46	0,0000	-1,1098	13.957.873,43	0,0000	15,8537	14.934.940,89	-15,2855
Resultado Nominal	88.349.016,56	87,0838	100,3493	101.452.847,06	87,0838	115,2330	13.103.830,50	0,1483
Dívida Pública Consolidada	16.663.228,90	80,1043	18,9266	20.801.921,63	80,1043	23,6274	4.138.692,73	0,2484
Dívida Consolidada Líquida	17.136.017,25	66,2190	19,4636	25.877.804,07	66,2190	29,3927	8.741.786,82	0,5101

NOTA EXPLICATIVA

NARCIA KELY ALVES DA SILVA
CPF: 087.182.991-50
PREFEITA MUNICIPAL

VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
CPF: 004.209.981-10
ASSESSORIA CONTABIL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2022

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$

RECEITAS REALIZADAS	2020	2019	2018
RECEITAS DE CAPITAL (I)			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	1.987,58	1.987,58
Alienação de Bens Móveis	0,00	1.987,58	1.987,58
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	1.987,58	1.987,58

DESPESAS EXECUTADAS	2020	2019	2018
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência Social			
TOTAL	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2020	2019	2018
VALOR (III)	0,00	1.987,58	1.987,58

Fonte: Sistema Megasoft Informática Ltda. Unidade Responsável PODER EXECUTIVO BELA VISTA DE GOIÁS Data: 03/01/2022 hora: 15:35

NOTA EXPLICATIVA

 NARCIA KEIL ALVES DA SILVA
 027.182.991-50

 VINICIUS HENRIQUE PIRES
 004.209.981-10

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2022

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)


PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	44.376.956,81	100,00	24.447.377,12	99,12	24.447.377,12	99,12
Reservas	0,00	0,00	217.898,55	0,88	217.898,55	0,88
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	44.376.956,81	100,00	24.665.275,67	100,00	24.665.275,67	100,00

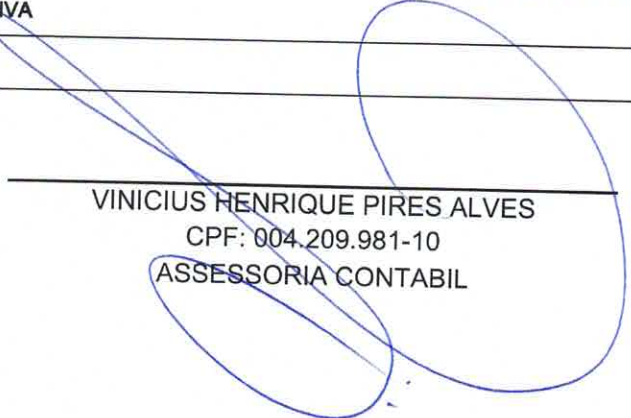
REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO RPPS	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	135.217,23	100,00	135.217,23	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	135.217,23	100,00	135.217,23	100,00

Fonte: Sistema Megasoft Informática Ltda. Unidade Responsável PODER EXECUTIVO BELA VISTA DE GOIÁS Data: 03/01/2022 hora: 15:35

NOTA EXPLICATIVA


NARCIA KELLY ALVES DA SILVA
 CPF: 027.182.991-50
 PREFEITA MUNICIPAL


VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
 CPF: 004.209.981-10
 ASSESSORIA CONTABIL



BELA VISTA DE GOIÁS
 "Nos caminhos, nós crescemos!"

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 2022

AMF, Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	
Receita Total	91.604.829,73	94.478.103,68	3,14	103.968.671,2	10,05	139.071.996,0	33,76	143.875.773,3	3,45	148.192.046,6	3,00	
Receitas Primárias (I)	91.604.829,73	92.661.788,63	1,15	101.985.073,5	10,06	137.913.949,2	35,23	109.791.664,9	-20,39	109.791.664,9	0,00	
Despesa Total	91.604.829,73	94.478.103,68	3,14	103.968.671,2	10,05	139.071.996,0	33,76	143.875.773,3	3,45	148.192.046,6	3,00	
Despesas Primárias (II)	82.175.994,15	93.638.856,09	13,95	102.830.069,1	9,82	137.913.949,2	34,12	109.791.664,9	-20,39	109.791.664,9	0,00	
Resultado Primário (I - II)	9.428.835,58	-977.067,46	-110,3	-844.995,68	-13,52	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	
Resultado Nominal	4.693.353,45	88.349.016,56	1.782,1	0,00	-100,0	4.927.486,36	-100,0	4.927.486,36	0,00	4.927.486,36	0,00	
Dívida Pública Consolidada	15.866.348,78	16.663.228,90	5,02	0,00	-100,0	25.877.804,07	-100,0	25.877.804,07	0,00	25.877.804,07	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	9.124.548,41	17.136.017,25	87,80	0,00	-100,0	17.136.017,25	-100,0	17.136.017,25	0,00	171.360.172,5	900,0	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	
Receita Total	101.113.411,0	104.284.930,8	3,14	103.968.671,2	-0,30	131.039.287,6	26,04	118.823.386,7	-9,32	104.551.587,5	-12,01	
Receitas Primárias (I)	101.113.411,0	102.280.082,2	1,15	101.985.073,5	-0,29	129.948.128,9	27,42	90.674.177,92	-30,22	77.459.574,51	-14,57	
Despesa Total	101.113.411,0	104.284.930,8	3,14	103.968.671,2	-0,30	131.039.287,6	26,04	118.823.386,7	-9,32	104.551.587,5	-12,01	
Despesas Primárias (II)	90.705.862,34	103.358.569,3	13,95	102.830.069,1	-0,51	129.948.128,9	26,37	90.674.177,92	-30,22	77.459.574,51	-14,57	
Resultado Primário (I - II)	10.407.548,71	-1.078.487,06	-110,3	-844.995,68	-21,65	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	
Resultado Nominal	5.180.523,54	97.519.644,48	1.782,1	0,00	-100,0	4.642.877,94	-100,0	4.069.487,20	-12,35	3.476.411,41	-14,57	
Dívida Pública Consolidada	17.513.275,78	18.392.872,06	5,02	0,00	-100,0	24.383.118,88	-100,0	21.371.828,28	-12,35	18.257.157,25	-14,57	
Dívida Consolidada Líquida	10.071.676,53	18.914.735,84	87,80	0,00	-100,0	16.146.252,00	-100,0	14.152.206,16	-12,35	120.897.028,4	754,2	

Fonte: Sistema Megasoft Informática Ltda. Unidade Responsável: PODER EXECUTIVO BELA VISTA DE GOIÁS Data: 03/01/2022 hora: 15:35

NOTA EXPLICATIVA

.....
 NARCIA KELLY ALVES DA SILVA

CPF: 027.182.991-50

PREFEITA MUNICIPAL

.....
 VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES

CPF: 004.209.981-10

ASSESSORIA CONTABIL



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO BELA VISTA DE GOIÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS

RECEITAS CORRENTES(I)

Receitas de Contribuições dos Segurados

Civil

Ativo

Inativo

Pensionista

Militar

Ativo

Inativo

Pensionista

Receita de Contribuições Patronais

Civil

Ativo

Inativo

Pensionista

Militar

Ativo

Inativo

Pensionista

Receita Patrimonial

Receitas Imobiliárias

Receitas de Valores Mobiliários

Outras Receitas Patrimoniais

Receita de Serviços

Outras Receitas Correntes

	2018	2019	2020
8.538.714,82	10.489.794,77	12.209.323,77	
2.378.025,20	2.490.884,52	3.014.828,34	
2.378.025,20	2.490.884,52	3.014.828,34	
2.378.025,20	2.490.884,52	3.014.828,34	
0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	
4.627.998,17	5.852.222,62	7.225.053,96	
4.627.998,17	5.852.222,62	7.225.053,96	
4.627.998,17	5.852.222,62	7.225.053,96	
0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	
1.379.556,72	2.061.871,63	1.639.987,79	
0,00	0,00	0,00	
1.379.556,72	2.061.871,63	1.639.987,79	
0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	
153.134,73	84.816,90	329.453,68	



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF - Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1.00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	238.612,95
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS(II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	153.134,73	84.816,00	90.840,73
RECEITAS DE CAPITAL(III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVID.RPPS-(IV)=(III+II)	8.538.714,82	10.489.794,77	12.209.323,77

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
Benefícios - Civil	4.427.812,79	5.017.084,51	6.264.343,34
Aposentadorias	4.092.403,35	4.619.238,05	5.568.493,03
Pensões	335.409,44	397.846,46	695.850,31
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.071.990,23	1.205.080,40	1.258.914,37
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.071.990,23	1.205.080,40	1.258.914,37
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS(V)	5.499.803,02	6.222.164,91	7.523.257,71
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI)=(IV-V)	3.038.911,80	4.267.629,86	4.686.066,06

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2018	2019	2020



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

R\$ 1,00

	2018	2019	2020
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			
Plano de Amortização-Contribuição Patronal Suplementar	2018	2019	2020
Plano de Amortização-Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

	2018	2019	2020
BENS E DIREITOS DO RPPS			
Caixa e Equivalentes de Caixa	2018	2019	2020
Investimentos e Aplicações	10.565.570,29	14.263.662,85	17.508.816,39
Outros Bens e Direitos	9.910.883,05	10.479.077,21	11.919.989,73
	0,00	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

	2018	2019	2020
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES(VII)			
Receitas de Contribuições dos Segurados	2018	2019	2020
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

	2018	2019	2020	R\$ 1,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS				
Civil				
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVID RPPS-(IX)=(VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS				
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

	2018	2019	2020	R\$ 1,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS				
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS(X)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (X)=(IX-X)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS				
RECEITAS CORRENTES	2018	2019	2020	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS-(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS				
DESPESAS CORRENTES (XIII)	2018	2019	2020	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV)=(XIII+XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI)=(XII-XV)	0,00	0,00	0,00	0,00



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO BELA VISTA DE GOIÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF- Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	PLANO PREVIDENCIÁRIO		
	RECEITAS PREV.ÍD.	DESPESAS PREV.ÍD.	RESULTADO PREV.ÍD.
2021	5.563.853,79	4.206.665,90	1.357.187,89
2022	6.123.527,74	4.648.997,48	1.474.530,26
2023	6.707.526,94	4.778.455,43	1.929.071,51
2024	7.581.445,93	5.080.130,63	2.501.315,30
2025	7.858.414,04	5.215.389,51	2.643.024,53
2026	8.146.422,48	5.406.263,30	2.740.159,18
2027	8.442.847,55	5.593.745,03	2.849.102,52
2028	8.748.449,52	5.816.506,84	2.931.942,68
2029	9.061.715,02	6.211.215,94	2.850.499,08
2030	9.372.840,88	6.762.243,80	2.610.597,08
2031	9.672.374,54	6.807.204,48	2.865.170,06
2032	9.990.040,54	6.888.258,84	3.101.781,70
2033	10.324.818,35	6.930.835,78	3.393.982,57
2034	10.680.101,63	7.263.291,09	3.416.810,54
2035	11.039.787,48	7.331.730,31	3.708.057,17
2036	11.420.041,67	7.478.364,92	3.941.676,75
2037	11.817.488,44	7.627.932,21	4.189.536,23
2038	12.232.985,31	7.780.490,86	4.452.494,45
2039	12.667.562,57	7.936.100,68	4.731.461,89
2040	13.122.226,42	8.094.822,69	5.027.403,73
2041	13.598.062,31	8.256.719,14	5.341.343,17
2042	14.096.218,39	8.421.853,52	5.674.364,86
2043	14.617.909,29	8.590.295,60	6.027.618,69



ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO BELA VISTA DE GOIÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF - Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FIN. EXERC
2044	15.164.420,00	8.762.096,41	6.402.323,59	
2045	15.737.110,07	8.937.338,34	6.799.771,73	
2046	10.580.799,80	9.116.085,10	1.464.714,70	
2047	10.749.718,43	9.298.406,81	1.451.311,62	
2048	10.919.453,58	9.484.374,94	1.435.078,64	
2049	11.089.867,89	9.674.062,44	1.415.805,45	
2050	11.260.812,00	9.867.543,69	1.393.268,31	
2051	11.432.123,80	10.064.894,56	1.367.229,24	
2052	11.603.627,56	10.266.192,45	1.337.435,11	
2053	11.775.133,08	10.471.516,30	1.303.616,78	
2054	11.946.434,68	10.680.946,63	1.265.488,05	
2055	12.117.310,26	10.894.565,56	1.222.744,70	
2056	12.287.520,16	11.112.456,87	1.175.063,29	
2057	12.456.806,08	11.334.706,01	1.122.100,07	
2058	12.624.889,85	11.561.400,13	1.063.489,72	
2059	12.791.472,15	11.792.628,13	998.844,02	
2060	12.956.231,17	12.028.480,70	927.750,47	
2061	13.118.821,15	12.269.050,31	849.770,84	
2062	13.278.870,84	12.514.431,32	764.439,52	
2063	13.435.981,93	12.764.719,94	671.261,99	
2064	13.589.727,26	13.020.014,34	569.712,92	
2065	13.739.649,03	13.280.414,63	459.234,40	
2066	13.885.256,88	13.546.022,92	339.233,96	
2067	14.026.025,77	13.816.943,38	209.082,39	



ESTADO DE GOIAS
PODER EXECUTIVO BELA VISTA DE GOIAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF- Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREV.ÍD.	DESPESAS PREV.ÍD.	RESULTADO PREV.ÍD.	SALDO FIN. EXERC
2068	14.161.393,87	14.093.282,25	68.111,62	
2069	14.290.760,19	14.375.147,89	-84.387,70	
2070	14.413.482,13	14.662.650,85	-249.168,72	
2071	14.528.872,93	14.955.903,87	-427.030,94	
2072	14.636.198,80	15.255.021,95	-618.823,15	
2073	14.734.676,10	15.560.122,38	-825.446,28	
2074	14.823.468,15	15.871.324,83	-1.047.856,68	
2075	14.901.681,95	16.188.751,33	-1.287.069,38	
2076	14.968.364,69	16.512.526,35	-1.544.161,66	
2077	15.022.500,03	16.842.776,88	-1.820.276,85	
2078	15.063.004,16	17.179.632,42	-2.116.628,26	
2079	15.088.721,62	17.523.225,07	-2.434.503,45	
2080	15.098.420,88	17.873.689,57	-2.775.268,69	
2081	15.090.789,61	18.231.163,36	-3.140.373,75	
2082	15.064.429,73	18.595.786,63	-3.531.356,90	
2083	15.017.862,12	18.967.702,36	-3.949.850,24	
2084	14.949.470,98	19.347.056,41	-4.397.585,43	
2085	14.857.597,93	19.733.997,54	-4.876.399,61	
2086	14.740.435,67	20.128.677,49	-5.388.241,82	
2087	14.596.071,31	20.531.251,04	-5.935.179,73	
2088	10.741.790,62	18.488.037,94	-7.746.247,32	
2089	9.584,12	95.841,23	-86.257,11	
2090	16.247,11	81.168,59	-64.921,48	
2091	11.319,68	58.707,63	-47.388,00	



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

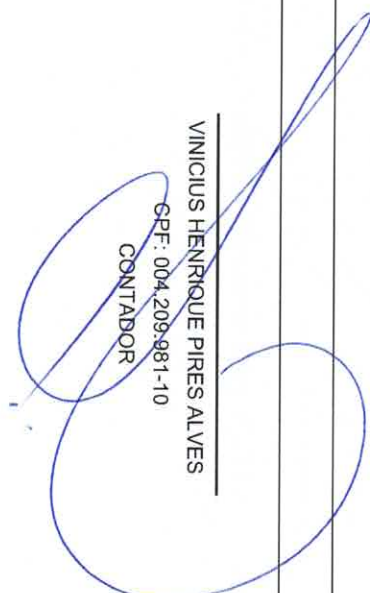
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FIN. EXERC
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FIN. EXERC

Fonte: Sistema Megasoft Informática Ltda. Unidade Responsável PODER EXECUTIVO BELA VISTA DE GOIÁS Data: 03/01/2022. Hora: 15:35

NOTA EXPLICATIVA


NARCIA KELLY ALVES DA SILVA
CPF: 027.182.991-50
PREFEITO MUNICIPAL


VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
CPF: 004.209-981-10
CONTADOR



ESTADO DE GOIAS
PODER EXECUTIVO BELA VISTA DE GOIAS


LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2022


AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	00001	Encargos Especiais.	131.464,03	135.441,07	148.985,18	Parcelamento ou Pagamento a Vista, Aproveitamento do Benefício Mediante a Transformação em pagamento definitivo (conversão de renda).
TOTAL			131.464,03	135.441,07	148.985,18	

Fonte:

NOTA EXPLICATIVA


NARCIA KELLY ALVES DA SILVA
027.182.991-50
PREFEITA MUNICIPAL


VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
004.209.981-10
ASSESSORIA CONTABIL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2022

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$

EVENTO	VALOR PREVISTO PARA 2022
Aumento Permanente da Receita	111.009.682,33
(-) Transferências Constitucionais	63.397.354,20
(-) Transferências ao FUNDEB	12.679.470,82
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	34.932.857,31
Redução Permanente da Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	34.932.857,31
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	34.932.857,31

Fonte: Sistema Megasoftware Informática Ltda. Unidade Responsável PODER EXECUTIVO BELA VISTA DE GOIAS Data: 03/01/2022 hora: 15:36

NOTA EXPLICATIVA

NARCIA KELLY ALVES DA SILVA
CPF: 027.182.991-50
PREFEITA MUNICIPAL

VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
CPF: 004.209.981-10
ASSESSORIA CONTABIL



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO CONSOLIDADO
2022

LR.F. art 5º, Inciso I

ESPECIFICAÇÃO	2022	R\$
RECEITA TOTAL		
(-) RECEITA NÃO PRIMÁRIA		
- APLICAÇÃO MERCADO DE CAPITAIS, OPERAÇÃO DE CRÉDITO		139.071.996,00
- OPERAÇÃO DE CRÉDITO		1.158.046,71
- ALIENAÇÃO DE BENS		
- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		
RECEITA PRIMÁRIA		137.913.949,29
DESPESA TOTAL		139.071.996,00
(-) DESPESA NÃO PRIMÁRIA		
- ENCARGOS COM A DIVIDA		1.158.046,71
- AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA		
- CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS		
DESPESA PRIMÁRIA		137.913.949,29
RESULTADO PRIMÁRIO		0,00


MARCIA KELLY ALVES DA SILVA
CPF: 027.182.991-50
PREFEITA MUNICIPAL


VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
CPF: 004.209.981-10
ASSESSORIA CONTABIL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 2022

ARF(LRF,art 4º, § 3º)

R\$

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Demandas Judiciais			
Dividas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL		SUBTOTAL	

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Frustração de Arrecadação : RENÚNCIA DE RECEITA.	149.868,40	RESERVA DE CONTINGÊNCIA.	149.868,40
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções : DISCREPÂNCIA DE PROJEÇÕES: ATENDIMENTO DE PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS NO ART. 5º,III, LRF.	72.536,13	RESERVA DE CONTINGENCIA.	72.536,13
Discrepância de Projeções : DISCREPÂNCIA DE PROJEÇÕES: ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS A MENOR E RESTITUIÇÃO DE VALORES.	71.205,94	RESERVA DE CONTINGÊNCIA.	71.205,94
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	293.610,47	SUBTOTAL	293.610,47
TOTAL	293.610,47	TOTAL	293.610,47

Fonte: Sistema Megasoft Informática Ltda. Unidade Responsável PODER EXECUTIVO BELA VISTA DE GOIÁS Data: 3 de jan de 2022 15:36:46

NOTA EXPLICATIVA

 NARCIA KELLY ALVES DA SILVA
 027.182.991-50

 VINICIUS HENRIQUE PIRES ALVES
 004.209.981-10